

## IMPEDINDO DILMA

FERNANDO LIMONGI

Diz-se que o Brasil enfrentou uma tempestade perfeita. Sabe-se lá o que seja isso. Suponho que se queira sugerir que a crise foi causada por múltiplos fatores associados entre si, que se trata de uma crise complexa, que quem se arriscar a explicá-la estará sempre cometendo o pecado da simplificação.

Neste texto, tratarei de uma dimensão da crise, de um de seus aspectos. Evito deliberada e solenemente discutir a perspectiva mais ampla em que a crise se insere. Discutirei o impedimento da presidente Dilma, seguindo a proposição de Pérez-Liñan, para quem:

*Impeachment é um subconjunto de crises presidenciais, uma forma extremamente hostil de relações entre executivo e legislativo [...] [O impeachment] é frequentemente uma arma institucional empregada contra presidentes que enfrentam um legislativo beligerante.<sup>1</sup>*

[1] Pérez-Liñan, 2007, p. 9.

Para que o impeachment ocorra, para que ele seja bem-sucedido, a condição necessária é que uma parcela significativa do legislativo, dois terços no caso da legislação brasileira, vote pela destituição da presidente.

Após ser reeleita, Dilma formou um governo que contava com ampla maioria. No início de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, aceitou o pedido de seu impedimento e este começou a tramitar, Dilma era apoiada por doze partidos que controlavam perto de trezentas cadeiras na Câmara. Em outras palavras, a oposição não tinha a menor chance de sucesso se contasse apenas com suas forças.

Como se sabe, Dilma colheu uma derrota fragorosa cinco meses depois: 194 dos 367 votos que selaram a sua sorte na Câmara em abril de 2016 vieram de partidos que a apoiavam no início do processo. Da base do governo, mais parlamentares votaram contra do que a favor da presidente. Dos doze partidos que a apoiavam, nove passaram a integrar o governo Temer. Dos ministros do novo governo, uma parcela significativa havia servido aos governos do PT.

Sem o apoio dos “trânsfugas”, daqueles que abandonaram o governo, o impeachment não teria passado. É preciso não confundir

as coisas. Governos de minoria não são inviáveis. Logo, os partidos “trânsfugas” não estavam simplesmente abandonando o governo. Estavam mudando de lado, passando a apoiar um governo alternativo. Por que o fizeram?

Esse movimento, essa mudança radical de posição, é o que precisa ser explicado. Boa parte das explicações disponíveis desconsidera este fato elementar. A oposição não tinha forças para derrubar o governo e, se ele caiu, é porque não reteve os votos dos que a apoiavam.

A explicação político-ideológica também é insuficiente. Segundo essa narrativa, a derrubada de Dilma teria sido uma reação às políticas sociais progressistas e redistributivas promovidas pelos governos do PT. Difícil acreditar que os partidos que colaboraram com o PT por anos a fio, alguns deles apoiadores de primeira hora, como PR e PRB, só se tenham dado conta dessas mudanças em 2015-2016. Não se deram conta antes? Custa crer.

Qualquer explicação que se avenge tem que dar conta dos elementos básicos do processo, da mudança de posição dos “trânsfugas”, da formação do “centrão”, nascido das costelas da “base do governo”. Por que Dilma perdeu o apoio da sua base?

Quem quer que comece a pensar nesses termos, encontrará um sem-número de razões. Na realidade, a angular volta a se abrir, e influências, como a pressão das ruas e da crise econômica, voltam a pedir tratamento. Parlamentares não agem em uma redoma. Tomam decisões baseados em avaliações sobre seus destinos, respondendo a pressões sociais.

Mesmo considerando as pressões, foi necessário que o governo perdesse sua capacidade de atração para que o impeachment ocorresse. A opção de se juntar a um novo governo em formação, o governo Temer, tornou-se superior à de manter o apoio ao governo. Nesse processo ou disputa, Dilma e o PT não podem ser vistos como atores inertes, como vítimas das maquinacões de seus adversários.

Se não levarmos em conta as ações do governo, protagonista central da trama, não se entende o que se passou. O PT perdeu seus aliados para seus adversários. O que estes tinham a oferecer que o governo não tinha?

Ninguém disputa este fato: o deputado Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, foi o grande artífice da operação que apeou Dilma do poder. Suas relações com o PT e, mais particularmente com a presidente Dilma, nunca foram propriamente harmoniosas. O fato de Cunha ser evangélico e defender uma pauta conservadora não deve obscurecer sua real motivação para deslanchar o processo. Cunha nunca escondeu sua real motivação. O que ele buscava era proteção contra a Lava Jato, proteção que o governo não quis ou não pôde lhe assegurar. Obviamente, o deputado carioca não foi o

único a pensar dessa forma. Outros 366 deputados fizeram o mesmo cálculo, uma boa parte deles, direta ou indiretamente, tão enredados quanto ele na Operação Lava Jato.

A história a ser contada, portanto, passa necessariamente pela Lava Jato, pela ameaça que as investigações da força-tarefa sediada em Curitiba representava (e ainda representa) para parcelas significativas da elite política brasileira. O governo Temer se apresentou como a tábua de salvação que Dilma não quis, não soube ou foi incapaz de oferecer.

O conflito Dilma-Cunha tem raízes profundas, e, por razões óbvias, nem todos os elementos que permitem sua reconstituição estão disponíveis. Mas sabemos mais do que usualmente é possível em razão das delações premiadas.

Um bom ponto de partida para a história desse confronto se encontra na delação de Delcídio do Amaral, para quem o conflito Dilma-Cunha teria eclodido, em 2011, logo após a posse da presidente:

*A diretoria de Furnas, anterior à atual (a penúltima), era muito ligada a Eduardo Cunha; que questionado quem era ligado a Eduardo Cunha, afirmou que Luiz Paulo Conde, ex-prefeito do Rio de Janeiro; que também Carlos Nadalutti Filho também era ligado a Eduardo Cunha; que embora não tenha visto, como Eduardo Cunha tinha comando absoluto da empresa, acredita que ele tenha recebido vantagens ilícitas; [...] Dilma teve praticamente que fazer uma intervenção na empresa [...], que esta mudança na diretoria de Furnas foi o início do enfrentamento de Dilma Rousseff e Eduardo Cunha, pois este ficou contrariado com a retirada de seus aliados de dentro da companhia.<sup>2</sup>*

[2] Affonso et al., 2016.

Em outra passagem, Delcídio do Amaral afirma que a intervenção em Furnas pode ter rendido a Dilma desafetos em outros partidos:

*Delcídio do Amaral teve conhecimento de um grande esquema de corrupção que ocorria em Furnas, operado por Dimas Toledo. Tal esquema já foi mencionado, em passagens, anteriormente por Alberto Youssef, tendo se referido à participação de Aécio Neves no esquema. Delcídio do Amaral confirma que esta referência ao senador mineiro tem fundamento. [...] Dimas Toledo era o operador do esquema de corrupção em Furnas pelo PSDB. O esquema de Furnas atendia vários interesses espúrios do PP, do PSDB e, depois de 2002, do próprio PT.<sup>3</sup>*

[3] Affonso et al., 2016.

Furnas é apenas um exemplo. Há outros. Isto é, Dilma não mexeu apenas em Furnas. Mexeu também na Petrobras, nomeando, em fevereiro de 2012, Graça Foster para a presidência da empresa. Foster substituiu, imediatamente, três diretores, Paulo Roberto Costa, Renato Duque e Jorge Zelada, personagens desconhecidos naquele

momento, mas que viriam a ocupar as manchetes dos jornais após a deflagração da Lava Jato.

À época, a imprensa noticiou reações do PP à demissão de Paulo Roberto Costa. A bancada do partido ameaçou uma revolta. Hoje, sabemos bem por que se preocupavam. Paulo Roberto Costa foi o primeiro peixe grande pego pela operação a fazer acordo de delação, revelando a corrupção na empresa de que fora diretor. Outras delações se seguiram, e os problemas do governo e de seus aliados se avolumaram.

Dilma considerou estender sua “limpeza ética” à Caixa Econômica Federal. A imprensa chegou a dar como certa a demissão do diretor Fabio Cleto, outro personagem obscuro à época, mas que ocupou as manchetes com o curso da investigação. Cleto, como se sabe hoje, era um operador de um dos muitos esquemas comandados por Eduardo Cunha.

Em resumo, Dilma investiu sobre pontos sensíveis de esquemas consolidados de corrupção envolvendo acordos partidários. Entretanto, como o caso da Caixa Econômica deixa claro, nem sempre foi até o fim, isto é, nem sempre completou a faxina, desmontando inteiramente o esquema.

Não se deve tomar suas iniciativas pelo seu valor de face. Impossível saber o que Dilma pretendia e onde queria chegar, se havia se engajado de corpo e alma em uma luta quixotesca ou se dava provas de sua famigerada inabilidade política com pitadas de truculência. Não importa. Importam as consequências de seus atos para seu futuro político. Suas ações foram suficientes para gerar desequilíbrios e inimizades. Inclusive, como explorado adiante, no interior do PT.

As desavenças entre Dilma e Cunha, portanto, eram antigas e se desdobravam em várias frentes. Por exemplo, em finais de 2011, o governo procurou encontrar um substituto ao PMDB, estimulando a criação de força alternativa, uma espécie do “PMDB do B”, tarefa confiada a Gilberto Kassab, que liderou a formação do PSD.

O confronto armado ganhou dimensão redobrada no início de 2015, na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados. Cunha infligiu derrota humilhante ao governo que apoiara a candidatura do petista Arlindo Chinaglia. A partir daí, as relações entre a presidente da República e o presidente da Câmara passaram a ser, para dizer o mínimo, tensas. Com sua vitória, Cunha se habilitou a voos mais altos, passando a ser cortejado por todos aqueles que procuravam alternativas políticas ao PT. Ainda que, formalmente, mantivesse seu apoio ao governo, Cunha não perdia oportunidades para espicaçar e, mesmo, ridicularizar a presidente e seu governo.

Entretanto, a Lava Jato, mais precisamente, algumas delações premiadas no âmbito desta operação, passaram a ameaçar sua ascensão. O presidente da Câmara foi o primeiro líder de peso enredado nas

malhas desta investigação. O presidente da Câmara sabia do risco que corria (se não por outra razão, porque as investigações corriam nas dependências da Câmara) e da denúncia que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, preparava contra ele.

Bem ao seu estilo, Cunha reagiu atacando. O deputado questionou a independência das investigações, denunciando que Janot estaria agindo em conluio com a presidente. Com truculência e sem a menor cerimônia, valeu-se da CPI da Petrobras para investir contra a legitimidade das delações e das provas reunidas contra si. Recorreu, como provou posteriormente ser seu método predileto de ação, à chantagem e à violência para se safar das investigações. Os representantes do PT na CPI, se não apoiaram os esforços de Cunha, ao menos não o denunciaram. No mínimo, na oportunidade, o PT foi conivente com o método Cunha de fazer política.<sup>4</sup>

Enquanto Cunha partia para o confronto direto, lideranças de peso do PT dirigiam suas críticas ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, acusando-o de não controlar a Polícia Federal, de deixar que a Lava Jato promovesse uma verdadeira caça às bruxas à esquerda e ao partido. Denunciavam, portanto, da mesma forma que Cunha, o viés político das investigações e, desse ponto de vista, partilhavam os mesmos interesses: desarmar a Lava Jato para sobreviver.

Não importa saber se o ministro da Justiça poderia neutralizar a Operação Lava Jato. O importante é que tanto Cunha como lideranças do PT acreditavam que poderia. As críticas de petistas rebatiam sobre a presidente, na sua omissão, no erro de avaliação em que estaria incorrendo, na insensibilidade para com os interesses do partido.

A se crer em Delcídio Amaral, em entrevista concedida à revista *Vêja* após sair da prisão, a omissão do governo teria sido deliberada, parte de uma estratégia:

*A presidente sempre mantinha a visão de que nada tinha a ver com o petrolão. Ela era convencida disso pelo Aloizio Mercadante (o atual ministro da Educação), para quem a investigação só atingiria o governo anterior e a cúpula do Congresso. Para Mercadante, Dilma escaparia ileso, fortalecida e pronta para imprimir sua marca no país. Lula sabia da influência do Mercadante.<sup>5</sup>*

Obviamente, trata-se de uma interpretação interessada e, possivelmente, distorcida dos fatos. Porém, há que se convir, não inteiramente descabida quando se levam em conta as relações entre Dilma e as lideranças do partido, sobretudo as mais próximas ao ex-presidente Lula.

Após ser reeleita, Dilma buscou apoio nas correntes petistas marginalizadas ou em conflito relativamente aberto com Lula e a direção do partido. Delcídio e Cardozo, por exemplo, tiveram atua-

[4] Sobre o método Cunha, consultar Limongi (2015, pp. 99-112).

[5] "Delcídio", 2016.

ção destacada na CPI do Mensalão, da qual emergiram como vilões para setores expressivos do partido. Não por acaso, portanto, foram acolhidos e desempenharam papéis centrais no segundo governo Dilma. As desavenças entre Lula e Mercadante eram antigas e de conhecimento público, bastando citar que, a despeito de cotado e dado como certo em várias ocasiões, nunca ocupou pasta ministerial nos oito anos da gestão Lula.<sup>6</sup>

O fato é que, até a prisão do próprio Delcídio, os membros do governo e mesmo as lideranças mais expressivas do PT conseguiram manter relativa distância das investigações em curso. Preso, o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, se manteve em silêncio e não revelou segredos comprometedores. Renato Duque e Nestor Cerveró, os diretores da Petrobras diretamente ligados ao PT, igualmente presos, também não haviam firmado acordos de delação. O PP e o PMDB, de sua parte, haviam sido mais duramente atingidos, já que tanto os diretores da Petrobras (Paulo Roberto Costa e Jorge Zelada) como os principais operadores (Alberto Youssef e Fernando Baiano) ligados a esses partidos tinham firmado acordos de delação premiada.

Enquanto os diretores ligados ao PT se recusaram a delatar, a estratégia que Delcídio atribui a Dilma não era assim tão descabida. Delcídio, o fiador do silêncio de seu ex-subordinado, era engrenagem crucial do esquema.

Diante dos sinais de que a resistência de Cerveró se exauria, Delcídio entrou em ação e tratou de providenciar sua fuga. Gravado, acabou preso. O PT sequer esboçou defesa do senador, abandonando-o. Para além de Delcídio e Cerveró, o PT tinha outras razões para se preocupar. Ao prender José Carlos Bumlai, empresário próximo a Lula e envolvido em empréstimo rumoroso que, tudo indica, estava relacionado à morte de Celso Daniel, o juiz Sérgio Moro ampliara consideravelmente o leque de ameaças a pairar sobre o PT. Mais especificamente, as investigações se aproximavam perigosamente do ex-presidente Lula.

Assim, se em algum momento, Dilma e o PT acreditaram que poderiam ter algum controle sobre os danos causados pela Lava Jato, com certeza, ao final de novembro de 2015 após as prisões de Delcídio e de Bumlai, a crença se evaporara.

O PT, Lula e Dilma, não estavam sozinhos. As ameaças sobre Cunha também haviam se avolumado. Para onde quer que as investigações se voltavam, Cunha era uma figura onipresente. Por exemplo, o banqueiro André Esteves, preso porque se voluntariara para financiar a fuga de Cerveró, abre novo flanco para as investigações: a “venda” de emendas que visavam favorecer os negócios de Esteves com ativos de bancos falidos.

O presidente da Câmara vinha coletando reverses desde que Rodrigo Janot, em agosto de 2015, pedira abertura de processo no STF

[6] Por razões de espaço, deixo de tratar do conflito aberto entre Dilma e o partido no que se refere à gestão da economia. Basta lembrar que lideranças expressivas do partido nunca perderam a oportunidade de criticar (quando não condenar) a política econômica do ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Na visão dessas lideranças, Dilma teria capitulado, cedido aos interesses do neoliberalismo, aceitando sabe-se lá por que razões uma política recessiva cuja única consequência seria punir a base social que apoiava o governo. Para que esse diagnóstico feche, de duas uma, ou Dilma era estúpida ou uma traidora. A militância do partido se manteve fiel a esse diagnóstico, fazendo oposição velada ou aberta à presidente até as vésperas de seu impedimento. Só vieram às ruas em defesa do governo após a condução coercitiva de Lula. A relação entre os movimentos sociais de esquerda e Dilma é tratada por Angela Alonso neste número especial.

contra o deputado. Na ocasião, em uma reação típica, Cunha rompeu com o governo, juntando-se à oposição e ameaçando o governo com a aceitação de um dos muitos pedidos de impeachment sob sua análise.

Além disso, desde o final de setembro, sabia-se que Cunha tinha contas bancárias na Suíça e, por essa razão, enfrentava processo na Comissão de Ética na Câmara dos Deputados. Ironicamente, os votos do PT poderiam lhe garantir a absolvição na Comissão. A possibilidade de um acordo entre PT e Cunha, uma troca entre os dois engavetamentos, o do impeachment e do processo de quebra de decoro, estavam dadas e foram discutidas abertamente. A precipitação dos acontecimentos após a prisão de Delcídio impediu que o acordo fosse feito.

Com a delação do operador do PMDB, Fernando Baiano, acertada em setembro, e que veio a público em outubro, o cerco sobre Cunha havia se fechado. Mas, no caso desses depoimentos, ainda que as provas mais robustas apontem para o presidente da Câmara, os relatos traziam informações sobre uma rede mais ampla de lideranças partidárias envolvidas nos desvios, incluindo o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o esquema mantido por seu apadrinhado, Sérgio Machado, na Transpetro.

Michel Temer, o vice-presidente da República, cuja imagem e reputação até então não haviam sido arranhadas seriamente pelas investigações, passou a ter razões para se preocupar. O vice-presidente sabia que a delação de Fernando Baiano apontava em sua direção, revelando suas relações com os esquemas do partido que presidia. Sabia também que Cerveró poderia mencionar, como de fato veio a fazê-lo, sua intermediação nas negociações ocorridas quando de sua substituição na diretoria internacional da Petrobras. Se Temer não se lembrou desses fatos ou manteve sua habitual fleuma, Cunha, fiel a seus métodos, deve ter se encarregado de lembrá-lo.

A prisão de Delcídio e André Esteves repercutiu como um terremoto, provocando um verdadeiro tiroteio entre escombros. A sucessão de eventos é impressionante. Delcídio e Esteves foram presos em 25 de novembro de 2015. Uma semana depois, em 2 de dezembro, o PT declarou que votaria contra o deputado na Comissão de Ética. No dia seguinte, Cunha retrucou e acatou o pedido de impeachment. Em 7 de dezembro, Michel Temer definiu seu lado no conflito, publicando sua carta-desabafo. No dia seguinte, Cunha comandou a votação secreta para a composição da Comissão Especial, na qual derrotou o governo. A chapa que apoiara recebeu 272 votos, contra míseros 199 da base governamental. No dia 12 de dezembro, com a Operação Catilinárias, consequência direta das revelações de Delcídio, Esteves e da delação de Fernando Baiano, a Polícia Federal cumpriu mandados de busca nas casas de Eduardo Cunha. Em 16 de dezembro, Janot apresentou pedido de afastamento de Cunha de suas funções ao ministro

Teori Zavascki. No dia seguinte, o STF aceitou recurso apresentado por governistas e invalidou o rito adotado por Cunha para apreciar o impeachment de Dilma. Note-se: a corrida e a troca de tiros envolveram Cunha e Janot. O governo apenas assistia.

Em meio à crise, no centro do furacão, o STF tirou férias, entrando em seu recesso de verão. Deixou pendente a definição do rito do impeachment e a resposta ao pedido de afastamento de Cunha.

Cunha, quando abriu o processo de impeachment, sabia que não estava sozinho. Sabia também que não contaria apenas com o apoio da oposição. A adesão do vice-presidente à operação impeachment ofereceu a senha para os políticos ameaçados pela Lava Jato. Cunha e Temer arriscaram tudo. Temer precisava assumir a presidência para fazer o que Dilma se mostrara incapaz de fazer: oferecer proteção aos amigos e a si.

Quando embarcou na operação impeachment, o enredamento de Temer na Lava Jato era grande. Como resultado da Operação Catilinárias, trechos comprometedores de diálogos entre Cunha e Léo Pinheiro, contendo referências à parte que caberia a Temer, foram vazados. O protegido dos líderes do PMDB, Sérgio Machado, diretor da Transpetro, caíra na rede de investigações, mencionando “favores” prestados a Temer e seus amigos. Outras tantas revelações, como as contidas na delação de Cerveró, haviam tirado o vice-presidente da zona de conforto.

Nada expressa melhor o clima em que a coalizão pró-impeachment ganhava corpo e se consolidava, no início de 2016, do que as conversas entre Romero Jucá e Sergio Machado:

*Machado: Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel*

*Jucá: Só o Renan que está contra essa porra. Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.*

*Machado: É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.*

*Jucá: Com o Supremo, com tudo.*

*Machado: Com tudo, aí parava tudo.*

*Jucá: É. Delimitava onde está, pronto.<sup>7</sup>*

[7] Valente, 2016.

Neste momento, portanto, para as lideranças partidárias, o que importava era encontrar as bases de um acordo de proteção mútua. A escolha entre Dilma e Temer, entre apoiar ou não o impeachment, levava em conta a proteção que poderiam oferecer à Lava Jato.

Para entender por que os líderes dos pequenos e médios partidos — PP, PSD, PR e PRB — acabaram abandonado o governo e fazendo a opção por Temer, é preciso levar em conta o fracasso da estratégia do governo, sua incapacidade de oferecer uma alternativa mais segura do que a liderada por Cunha.



O juiz Sérgio Moro se encarregou de entregar as provas finais da inviabilidade do governo. A condução coercitiva de Lula mostrou que a Lava Jato armava seu bote sobre o PT. Dias depois, ao dar publicidade à gravação que impediu que o ex-presidente assumisse o ministério, lançou a pá de cal sobre o governo Dilma. Lula poderia comandar uma operação análoga à prometida pela dupla Cunha-Temer. Dilma, sem a direção de seu mentor e padrinho, já havia dado provas mais do que suficientes de sua fragilidade. Um governo incapaz de nomear um ministro não seria capaz de proteger ninguém.

Como afirmara o probo e educado Jucá: “Enquanto ela [Dilma] estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca. Entendeu?”<sup>8</sup>

O Dilma e o PT parecem ter sido os únicos que não entenderam o recado a tempo.

[8] Valente, 2016.

---

FERNANDO LIMONGI é professor titular da Universidade de São Paulo, pesquisador sênior do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e do Núcleo de Instituições Políticas e Eleições (Nipe-Cebrap) e vice-coordenador do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais da USP (Neci-USP).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Affonso, Julia et al. “Leia a íntegra da delação de Delcídio”. *O Estado de S. Paulo*, 15 mar. 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/leia-a-integra-da-delacao-de-delcidio>. Acesso: 27 maio 2017.
- “Delcídio: ‘Lula comandava o esquema’”. *Veja*, 18 mar. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/delcidio-lula-comandava-o-esquema>. Acesso em: 25 maio 2017.
- Limongi, Fernando. “O passaporte de Cunha e o impeachment”. *Novos Estudos — Cebrap*, n. 103, nov. 2015, pp. 99-112.
- Pérez-Liñán, Aníbal. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Nova York: Cambridge University Press, 2007.
- Valente, Rubens. “Em diálogos gravados, Jucá fala em pacto para deter avanço da Lava Jato”. *Folha de S. Paulo*, 23 maio 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>. Acesso em: 25 maio 2017.